

**Memórias da Promessa e do Fim do Mundo:** testemunhos de deslocados compulsoriamente em função do enchimento do lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí<sup>1</sup>

Jorge Augusto Santos das Mercês – PPGSA/UFPA  
Voyner Ravena Cañete – PPGSA/UFPA  
Nathalia Costadelle Pacheco – UFPA

**Palavras-chave:** Memória; Hidrelétrica de Tucuruí; Deslocamento compulsório.

### **Introdução**

O presente artigo foi desenvolvido com base nos dados preliminares provenientes de pesquisa exploratória para o desenvolvimento de dissertação no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Os dados aqui apresentados foram coletados nos primeiros meses do ano corrente (uma semana em janeiro e outra em março).

Realizamos as pesquisas exploratórias no município paraense de Breu Branco, para onde parte dos deslocados compulsoriamente foi remanejada para a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Breu Branco, assim como Jacundá, Repartimento e outros municípios citados no decorrer deste artigo são, sempre que precedidos pelo adjetivo “novo”, versões de lugares que, nos termos dos deslocados, “foram para o fundo” do lago da UHT. Por falta de recursos e tempo hábil para o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla, não nos dedicamos aos outros espaços além de Breu Branco que se tornaram destino dos deslocados compulsoriamente.

Em relação a variação entre o uso do conceito de “dasein” e “presença”, dá-se devido à tradução das obras citadas. Por opção, quando os termos não forem citações diretas de nenhum autor, recorreremos ao uso de “dasein” por acreditarmos na impossibilidade de tradução do mesmo no sentido da presença, visto que, em certo sentido, o “dasein” não precisa “estar presente” para estar aí (no mundo).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

Feitas as ressalvas e apontamentos introdutórios, elaboramos o artigo em três partes. A primeira consiste numa breve apresentação dos conceitos que nos levaram a elaborar o problema que aqui apresentamos com uma solução (sempre, pela natureza da pergunta) provisória, os mesmos conceitos com os quais caminharemos em busca de uma solução possível para o problema levantado (a saber, como os deslocados compulsoriamente experienciaram a transformação no modo como viviam?). A segunda parte traz os eixos narrativos sobre os quais os significados do deslocamento compulsório são articulados hoje pelos sujeitos desta pesquisa. A terceira e última parte traz as considerações finais buscando relacionar as duas partes anteriores.

### **Evento e Memória:**

Supomos que a previsibilidade de um futuro esperado, seja pelo hábito ou pelo planejamento, repousa sobre a pressuposição da continuidade do tempo. Sobre isso, Dastur (2000) alega, atribuindo a afirmativa a Merleau-Ponty, que: “ordinary experience presupposes an ordinary faith in the stability of the world and the presumption that experience will always have the same style”. Mas nem sempre as expectativas vislumbradas em um horizonte são confirmadas no curso da vida das pessoas, e o acontecimento de algum *evento*<sup>2</sup> (DASTUR, 2000) lança a vida, durante algum tempo, na órbita do imponderável.

As vidas em foco neste artigo são as dos deslocados compulsoriamente pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) que ainda residem no município de Breu Branco – são eles os sujeitos da pesquisa. O evento em questão é a própria implantação da Usina. Metodologicamente recorreremos à etnografia como descrição densa (GEERTZ, 2014) no intuito de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às experiências que o evento desencadeou, tendo acesso a eles (os significados) principalmente através de testemunhos desses sujeitos, bem como por observações em trabalho de campo.

A descrição densa que propomos é aquela etnografia que nomeia um tipo de compreensão que tem como foco interpretar o sentido atribuído pelos sujeitos ao que está ocorrendo ou ocorreu com eles em um contexto específico (GEERTZ, 2014).

---

<sup>2</sup> Em tradução livre do conceito de *event* de Dastur (2000).

Segundo Magalhães (2007), em “uma descrição densa [...] são prevaletentes as significações” (p. 43) que conduzem “a interpretação propriamente dita, que é, de fato, uma interpretação possível, uma versão sobre a realidade analisada [...] no sentido de que não é a única verdade, mas uma verdade possível, aceitável, mas, sobretudo, intersubjetiva” (p. 43).

O evento em foco, compreendido segundo Dastur (2000)<sup>3</sup>, consiste – nesse caso específico do evento enquanto fenômeno amplo – em algo que com o seu acontecimento os (a partir de então) deslocados compulsoriamente interpretaram uma cisão entre o passado e o futuro, visto que:

é reconhecido por todos os camponeses que a construção da barragem inaugura um outro período em suas vidas. A rigor, as histórias de vida são reportadas em dois períodos: antigamente e hoje. O hoje diz respeito a situação atual vivenciada, e tem como marco inicial a construção da barragem (MAGALHÃES, 2007, p. 160).

Com a barragem<sup>4</sup> veio a quebra de expectativa acerca de um futuro previsível e estável para os sujeitos em foco. O que houve com os deslocados compulsoriamente foi apreendido, em parte, por eles como uma mudança importante em sua existência, uma mudança que, entre as alternativas possíveis, foi interpretada com um imperativo de negatividade:

No tempo que nós viemos pra cá nós penamos, nós penamos. Eu mesmo que sei bem. Quem quiser gabar que passou bem, que tal coisa, pode gabar, mas eu não. Penou porque não tinha comércio, não era... A gente sem dinheiro, não tinha emprego, não tinha nada, a gente tinha que comer o que a gente trouxe de lá. Porque se tivesse o... tinha um comércio ali mas não tinha dinheiro para a gente tá comprando, porque a gente vivia de roça, né? Nós vivia de roça lá. Lá nós tinha feijão, nós tinha nosso arroz, tinha nossa batata, tinha nossa macaxeira, tinha tudo. Na hora que ia lá na roça arrancava lá, né? Naquele tempo a gente não tinha negócio de carne de gado, era mais carne de caça. Eu vou dizer porque naquele tempo matava muita caça, não é? Naquele tempo que não tinha negócio de gado, não é? E a gente comia peixe, pescava. Era tudo em paz. Foi difícil [se adaptar no novo lugar]. Até hoje! Até hoje. Eu tô com trinta e um anos que nós mora aqui, mas sei lá, eu sinto falta do Breu lá. Sinto muita falta porque a gente tinha liberdade, lá a gente pescava, a gente tirava castanha, a gente caçava, a gente tinha tudo. Agora não sei também, né? Pra época de hoje podia mudar lá, que a gente não sabe se ia mudar, se não ia. (Interlocutora).

---

<sup>3</sup> Dastur diz, sobre os efeitos do evento: “It is as if we re-experience in a new event this radical novelty of what happens for the “first time”, as well as the impossibility of coinciding with the event itself, which in its sudden apparition disconnects the past from the future” (DASTUR, 2000. p. 186).

<sup>4</sup> a primeira fase em 1984, a segunda concluída em 2006 que culminou em mais deslocamentos compulsórios.

É, portanto, nesse sentido que, interpretando a barragem e o deslocamento compulsório como evento na vida desses sujeitos, buscamos compreender como eles experienciaram a ruptura da forma como viviam e como significam as experiências vividas após essa ruptura. Sendo assim, seguindo a linha do evento, segundo Dastur (2000), geralmente ele não pode ser compreendido enquanto tal durante a sua ocorrência, fala-se, portanto, do evento no passado<sup>5</sup>.

Sendo assim o acesso ao evento por aqueles que o viveram se dá através da memória; o acesso ao evento por quem não o viveu, como no nosso caso com a investigação acerca do nosso problema, pela memória narrada através do testemunho. Os deslocados narram (talvez por eu perguntar) e a narrativa tem função de contar algo vivido a alguém que não o viveu. Dessa forma, contando a coisa vivida trazem-na – não só eles – ao presente, se apegando na narrativa àquilo que dela vale a pena contar a cada vez.

Se, em termos de narrativa, a memória de testemunho tem as marcas da presença do “eu” durante o acontecimento e da possibilidade de confirmação da verdade com outros, como se dá a passagem da memória à via da oralidade (a presentificação da coisa vivida pela narrativa)? Em Ricoeur (2007), visto que é “diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como ator ou como vítima” (p. 173), a forma da narrativa é pública pelo caráter público dos próprios veículos em que a situação narrada é posta para fazer sentido: “o pronunciado desse discurso costuma ocorrer na língua comum, a língua materna, da qual é preciso dizer que é a língua dos outros [...]. [Portanto,] posta na via da oralidade, a rememoração também é posta na via da narrativa, cuja estrutura pública é patente” (RICOEUR, 2007. p. 138 – 139).

Não que a memória antes de contada não seja pública, mas diferentemente de ideia de “coletiva” em Halbwachs (2003), onde a memória é pertencente aos grupos dos quais os indivíduos – a quem (segundo o autor) indevidamente atribuímos o pertencimento da memória – participam, e, segundo o autor, é desses grupos nos quais o indivíduo está momentaneamente integrado depende tanto o sentido da dinâmica da lembrança quanto a existência (“presentificação”) da própria lembrança. Em síntese, nas palavras do próprio autor, para Halbwachs (2003):

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Dastur (2000) “we can speak about the event only in the third voice and in the past time, in mode of ‘its happened to me’. We never experience the great events of our lives as contemporaneous” (p. 186).

como a lembrança reaparece em função de muitas séries de pensamentos coletivos emaranhados e porque não podemos atribuí-la exclusivamente a nenhuma, imaginamos que é independente delas e contrapomos sua unidade à sua multiplicidade. É como acreditar que um objeto pesado, suspenso no ar por uma porção de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vazio, e ali se sustenta (p. 70).

Acima está a ilusão a qual estamos sujeitos, segundo o autor supracitado, ao atribuirmos a memória a um sujeito que não seja coletivo. Porém neste artigo a memória é entendida, assim como em Ricoeur (2007), como pública pela mobilidade de atribuição, o que significa que ela pode ser atribuída a um “eu” – por preenchimento – ou a outros (tu/ele/ela/eles/elas/nós) – por confirmação. Sendo assim, o “eu” e conseqüentemente a noção de pessoa é aquilo que compreendemos como

um universo cognitivo e motivacional delimitado, único, e mais ou menos integrado, um centro dinâmico de percepção, emoção, juízos e ações, organizado em uma unidade distinta e localizado em uma situação de contraste com relação a outras unidades semelhantes, e com seu ambiente social e natural específico (Geertz, 2012. p. 63 – 64).

Essa noção de pessoa é um consenso e, portanto, um fato social<sup>6</sup> com força para orientar nossas ações. Sendo assim, neste caso o indivíduo é um dado em relação ao qual a memória pode ser atribuída.

Ricoeur (2007) pede ajuda “das ferramentas de uma semântica e de uma pragmática do discurso” (p. 134) para elaborar a perspectiva de memória que ele propõe conciliando a posição de Halbwachs com a de autores criticados por este. Para Ricoeur, “o próprio texto de Halbwachs contém os recursos de uma crítica que pode ser voltada contra ele” (Ricoeur, 2007, p. 133.) citando a possibilidade do ator social se colocar, recolocar e retirar-se de grupos pressupõe certa autonomia do sujeito que se lembra além de sugerir que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”(RICOEUR, 2007. p. 133). Sendo assim, a memória não é, em Ricoeur (2007) e aqui, nem individual e nem coletiva, mas pública.

Ainda segundo Ricoeur (2007), o plano intermediário que permite a fluidez entre memória pessoal e coletiva está vinculado a “relação com os próximos, a quem temos o

---

<sup>6</sup> Geral e exterior e coercitivo (DURKHEIM, 2007). Porque ao menos em um contexto ocidental (ou ocidentalizado – levando-se em consideração as conseqüências da colonialidade enquanto geradora de padrões de compreensão, coisa na qual não é intenção adentrar, mas vale a nota em termos de registro) acreditamos nisso; porque nascemos com essa forma de classificação do “eu” consolidada em relação à qual podemos ajudar a manter ou desconstruir; e coercitivo porque não acreditar nisso tem como causa ou a loucura ou a genialidade – de qualquer forma, a liminaridade entre a humanidade e alguma coisa que não ela.

direito de atribuir uma memória de um tipo distinto” (p. 141). A partir de onde tomamos como próximos aqueles que, conosco, compartilham um mundo no tempo ou que, sem nós e entre eles, sendo outros, vivem em outros mundos e tempos. A proximidade e o distanciamento referem-se, segundo Ricoeur (2007) a “uma relação dinâmica constantemente em movimento” (p. 141). Dessa forma, como sugerido no parágrafo acima, compartilhamos um mundo que não é fechado para outros mundos, mas acessível pelos meios em que se manifesta e se faz existir – a magia do antropólogo ou a aprendizagem de um novo hábito – visto que:

não existimos nem em horizontes fechados nem num único horizonte, Não há horizonte fechado, pois podemos nos transportar para outro ponto de vista e para outra cultura. Seria uma robinsonada pretendermos que outro ponto de vista seja inacessível. Mas não há horizonte único, pois a tensão do outro e do próprio é insuperável (RICOEUR, 2011. p 125).

Centraremos, portanto, nossa preocupação com o

pensamento como utilização, pelos indivíduos em sociedade, de veículos públicos criados historicamente, de raciocínio, de percepção, sentimento e compreensão – símbolos no sentido mais amplo do termo.[...]Tal abordagem não é introspectiva nem behaviorista: é semântica. Ocupa-se dos padrões de significado coletivamente criados que o indivíduo usa para dar forma à experiência e objetivo à ação, das concepções incorporadas em símbolos e conjuntos de símbolos e da força orientadora de tais concepções na vida pública e privada (Geertz, 2004. p. 103).

Tendo em foco esse modo de compreender o pensamento, questionamo-nos sobre uma situação em que, por questões históricas, um mundo passa a parecer estranho para os sujeitos que, ao constituí-lo, constituíam-se concomitantemente. A implantação da UHT na região em foco e o enchimento do lago de Tucuruí provoca mudanças nos significados com os quais esses atingidos filtravam as experiências no mundo da vida.

### **Promessa e Fim do Mundo:**

Segundo pesquisa de Sônia Magalhães (1996; 2007), os sujeitos dessa pesquisa costumavam realizar migrações em busca de um ideal de “melhoria de vida”, que tinha sua viabilidade medida através de um cálculo que envolvia as etapas de *passar (aventurar-se)-agradar-dedicar*. A justificativa para ficar em um espaço era expressa pelo “agradar” como termo que sintetizava o cálculo que culminava na permanência,

visto que se o espaço não agradava, o colono não ficava, se não ficava não tinha como se dedicar.

Sendo assim os deslocamentos não eram novidades para essas pessoas: “os camponeses da região do Médio Tocantins já enfrentaram outros deslocamentos, outras situações de expropriação, ou são a geração seguinte de um campesinato expropriado, que se dirigiu para a Amazônia em busca de terras” (MAGALHÃES, 1996. p. 698). Mas os deslocamentos, sempre, em alguma medida, envolveram as etapas do cálculo supracitado necessárias para a confirmação se o novo espaço agradava ou não, ao menos até a construção da barragem e enchimento do lago da UHT.

Sem o cálculo do qual a fixação dessas pessoas em um espaço dependia, ao experimentarem o deslocamento compulsório desencadeado pelo barramento do rio Tocantins, passaram a construir interpretações sobre o evento em questão. Essas interpretações passam longe da justificativa até então corrente para o deslocamento voluntário (não agradaram de nenhum espaço e nem sua saída foi por passeio ou aventura) e, a partir de então, o sofrimento social passou a ser articulado através do lamento e da dor nos espaços públicos como referências das demandas dessas pessoas diante das transformações que imaginavam e, em algum grau, se concretizavam (MAGALHÃES, 2007). Em tais espaços públicos, narravam, ritualisticamente, nos encontros<sup>7</sup> as perdas sentidas.

Mas, assim como o mote do pensamento de Heráclito, de lá para cá, de um passado com espaços para manifestação do lamento e da dor para 2016, em outro mergulho nem o rio e nem as pessoas são as mesmas. E em consequência desse devir, dessa dinâmica própria da vida, é que enquanto ela se move o significado das experiências pretéritas se move com ela e possibilita novas aberturas para o presente e futuro<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Como referência temos o Encontro Tucuruí e o Encontro de 2003 (MAGALHÃES, 2007). O primeiro foi realizado em 30 de outubro e 01 de novembro de 1984 “num conjunto de manifestações públicas iniciadas em 1982 [...] com o exposto propósito de chamar a atenção da sociedade de Tucuruí e de Belém e de seguimentos da sociedade nacional não só para a questão do deslocamento compulsório, mas também para a questão indígena e para o autoritarismo que caracterizava toda a atuação da empresa, especialmente numa conjuntura de ditadura militar” (MAGALHÃES, 2007. p. 217). O segundo, realizado entre 10 e 12 de abril de 2003 “foi promovido pela ELETRONORTE, o Museu Paraense Emílio Goeldi e o Centro Universitário do Pará (CESUPA)” (p. 220) no qual as falas rituais não foram permitidas pelos organizadores, embora tentada pelos deslocados compulsoriamente que estiveram presente.

<sup>8</sup> Esse é o pressuposto de Geertz (2004) sobre a mudança cultural focada na religião islâmica tanto no Marrocos como na Indonésia. Embora eu atribua à *experiência* – por se tratar do evento vivido – enquanto Geertz falava de “persuasão” – por se referir aos valores que, mesmo mudando, mantinham ao longo da história alguma força ou abrangência – a compreensão sobre a dinâmica da vida e a construção

Nesse novo mergulho os espaços públicos para discussão das perdas diante das ações da ELETRONORTE já não são frequentes<sup>9</sup>, o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) não é mais o responsável por afinar as demandas dos atingidos<sup>10</sup>, pessoas públicas que ecoavam as vozes dos atingidos pela barragem em Tucuruí para dentro do Estado morreram<sup>11</sup> e, assim, o deslocamento compulsório passou a ser outro.

As perdas, vividas na vida cotidiana e cantadas no Encontro Tucuruí ou narradas em outros espaços públicos, constituíram o alicerce das questões políticas envolvendo os deslocados compulsoriamente em questão – lamento e dor. Hoje, sem esse escape político acentuado, como ter vivido o deslocamento compulsório passou a ser experimentado e significado?

Sem os espaços públicos abertos constantemente para manifestação do lamento e da dor e da narrativa sobre injustiça sofrida, os deslocados compulsoriamente pela UHT *resentem* suas experiências do deslocamento quando evocadas por acontecimentos variados (minha visita; ao ouvirem o nome da professora Sônia; ao terem a data do encontro com representantes da ELETRONORTE marcada – e depois adiada; ou ao abrirem um baú com fotos...).

É a partir da abertura desse baú que transcrevo a seguir as palavras de uma interlocutora sobre a despedida do Breu Velho, que junto com outros deslocados compulsoriamente passaram dois dias no último lugar do qual haviam se *agradado* antes das águas do lago de da Usina de Tucuruí se fecharem sobre ele. O baú era pequeno, cabia no colo; as fotos eram velhas e desbotadas – “tenho poucas, o pessoal vem e pede, diz que vai devolver, eu dou e nunca mais volta”... (não pedi). Próximo dos oitenta anos, ela apontava, nas fotos, cada pessoa de quem lembrava e lugares do Breu Velho. Sobre o Breu (ou Breu Velho, em contraposição ao Novo Breu ou Breu Branco, espaço onde o deslocamento compulsório reservou a ela uma casa), ela contou da despedida:

---

dela embaçada em símbolos constantemente reconstruídos pelos que através deles constroem a si me parecem guardar relações semelhantes num e noutro caso.

<sup>9</sup> O último de que tive notícia aconteceu dia 04/03/2016: uma reunião entre os representantes da ELETRONORTE e advogados dos atingidos junto a promotoria em Tucuruí para discutirem indenizações que ainda não foram pagas. Nesse encontro os deslocados compulsoriamente ficaram na rua, em frente ao prédio onde ocorria a reunião, esperando a resposta embaixo do Sol das manhãs amazônicas... adiamento da decisão, sem data prevista. Meus informantes não sabiam ao certo a data do encontro que precedeu o que citei.

<sup>10</sup> Essa atribuição agora é do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

<sup>11</sup> Seu Merez, por exemplo: um dos deslocados compulsoriamente, foi vereador em Breu Branco eleito principalmente com apoio dos atingidos pela barragem, teve um infarto e morreu no início da década presente.

Era um lugarzinho pequeno, não era um lugar grande. Só tinha duas rua, uma de um lado, outra de outro, como eu lhe falei. Aí depois que ele **foi pro fundo** nós fomos pra lá, passamos dois dias lá. Agora só quem já conhecia mesmo o lugar que a pessoa morava que tava que a gente viu. A gente viu o colégio, que tava caído, já tava derrubado o colégio, não é? Que eles derrubavam. Na hora que saia o povo tudinho se fosse de alvenaria eles derrubavam, era a máquina da Eletronorte, eles derrubavam, né? Não ficava nada, eles derrubava. Aí tava o colégio, passamos no colégio, tinha muita telha ainda. Aí eu ainda tenho até umas telha aí que a gente trouxe que é da estrada de ferro, mas tá por aí misturado com essas outras aí. Ainda tinha o poço que nós pegava água, a igreja, mas tava tudo derrubado, sabe?

Aí quando nós fomos lá no Breu Velho, que nós fomos lá e passamos dois dias lá. Nós fomos de “avoadeira”, fomos de “avoadeira” e passamos dois dias lá, mas aquilo lá foi uma tristeza. Porque a gente chega lá, um lugar tão bonito... porque lá, lá o Breu... Eu comparo o Breu Velho igual com esse Breu Novo assim: plano. Era assim, plano e era só areia mesmo, areia mesmo lá, sabe? A beira do rio era perto. A praia, a praia muito grande lá. Era muito bonito lá.

Então quando nós fomos lá passar esses dois dias que nós passamos lá, nós passamos lá, foi assim... Uma tristeza para nós. Foi eu, foi os dois meninos, o meu neto que era pequeno ainda, o Alessandro. Eles eram pequeno ainda, sabe? Essa aí, essa daí foi também, mas eles eram tudo pequeno ainda, e nós fomos. Mas nós passamos um medo medonho na “avoadeira” que nós fomos, sabe? Aí eu levei eles dois, que era o Alessandro e a Edimara.

Quando nós chegamos lá... Foi mais gente na nossa frente, foi muita gente na nossa frente, sabe? Foi pra lá, chegaram lá e fizeram uma serenata, passamos a noite lá, mas sem casa e sem nada, amarramos as redes nos paus lá e ficamos dois dias lá.

Essa ida quem organizou foi nós mesmo assim, que tinha o senhor chamado... Deixa eu ver como é o nome dele, meu deus... ele tinha voadeira. Aí ele falou que quem quisesse ir que iam, que eles pescavam para o rumo de lá, sabe? Aí quem quisesse ir que fosse, aí nós fomos, nós arrumamos e fomos. Mas foi muito, não foi só nós não, foi muita gente que foi. Aí nós fomos e passamos dois dias lá. Nós fomos de voadeira e ficamos lá, e aí eu só fiquei com medo por causa do rio assim e de voadeira com criança, tinha parte do rio que tinha pancada de água forte, né? Mas nós fomos e passamos dois dias...

Chegando lá foi uma tristeza, só as coisas tudo caído, sabe? Fui no lugar da minha casa ainda, que era o lugar da minha casa que eu morava, sabe? Fui no lugar da minha casa e não tinha mais nada, só tinha uns paus, uns tocos e a gente só conhecia porque era pra conhecer mesmo, sabe? Aí de lá nós viemos e tinha o aeroporto lá... a pista do avião; aí tinha a igreja, tinha o colégio, tinha o poço de pegar água, o poço tava do mesmo jeito e muitas casas a gente ainda via no jeitinho, né? Porque eles derrubavam na hora que a pessoa saia da casa, eles derrubavam com medo acho que da pessoa voltar de novo lá pra dentro da casa, aí eles derrubavam.

Naquele tempo que eles custassem a pagar e a água não enchesse, né, logo, né? Que quando nós viemos pra cá não tinha água não, era tudo seco, era a maior luta na vida pra a gente conseguir um pouco de água para beber, pra comer, aí quem trazia água era o carro-pipa. O carro-pipa que abastecia água nas casas, como eu falei para o senhor, o banheiro era só um e tinha que pegar fila pra ir para o banheiro. Não tinha água, não tinha energia quando nós chegamos para cá, era tudo era mato. Só as casas mesmo que foi a Eletronorte que deu, só que tinha as ruas, né? Só que era só mato.

Aí quando eu cheguei lá no dia que nós fomos pra lá visitar eu me achei muito triste por causa daquilo, aquilo ali tudo debaixo d'água, não é? **Acaba tudo**, nós tinha roça... Assim mesmo quando nós saímos de lá por causa da Eletronorte, nós tinha uma rocinha lá, tava com arroz, feijão, aí **foi tudo pro fundo lá**. [Grifos próprios].

Discursos nesse sentido foram constantemente evocados no Novo Breu quando os moradores descobriam minha “missão”. Os termos destacados na despedida que minha interlocutora narra podem sugerir que tendo saído sem se agradar de nenhum outro espaço – não saíram “espontaneamente” – não puderam significar como *casa* as habitações disponibilizadas pela ELETRONORTE:

Foi difícil [se adaptar no novo lugar]. Até hoje! Até hoje. Eu tô com trinta e um anos que nós mora aqui, mas sei lá, eu sinto falta do Breu lá. Sinto muita falta porque a gente tinha liberdade, lá a gente pescava, a gente tirava castanha, a gente caçava, a gente tinha tudo. Agora não sei também, né? Pra época de hoje podia mudar lá, que a gente não sabe se ia mudar, se não ia. (Interlocutora).

A casa é, por definição, um lugar<sup>12</sup>. E um lugar sem o qual, sem a sua experiência, como diz Rocha (2012),

no és que se dé un dinamismo continuo, sino una errancia que ya no és movimiento vital; la pérdida de casa representa la pérdida de mundo. La falta de casa también és la destrucción del espacio originario de identificación teniendo como consecuencia la imposibilidad de los demás espacios de relación (p. 9).

Essa concepção de lugar apontada por Rocha também está presente, em certo sentido, em Heidegger (2013) quando este sustenta a estrutura do ser-no-mundo como um ser-em: “o ser-em não pode indicar que uma coisa simplesmente dada está, espacialmente, ‘dentro de outra’ porque, em sua origem, o ‘em’ não significa de forma alguma uma relação espacial desta espécie” (p. 100). Depois dessa forma negativa do ser-em (aquilo que ele não é, Heidegger diz, em relação ao ser em do “ser-no-mundo”:

“em” deriva-se de *innan* –, morar, habitar, deter-se; “na” significa: estou acostumado a, habituado a, familiarizado com, cultivo alguma coisa; possui o significado de colo, no sentido de *habito* e *diligo*. O ente, ao qual pertence o ser-em, neste sentido, é o ente que sempre eu mesmo sou. A expressão “sou” conecta-se a “junto”; “eu sou” diz, por sua vez: eu moro, detenho-me junto... ao mundo, como alguma coisa que, deste ou daquele modo, me é familiar (p. 100).

A definição de mundo em Heidegger (ou ao menos da “mundanidade do mundo”) permite um paralelo entre os conceitos de mundo e lugar e, portanto, pela força

---

<sup>12</sup> Antecipando a discussão: o lugar é a espacialidade vivida, na qual o “lugar não é indiferente à ‘coisa’ que o ocupa, ou melhor, que o ‘preenche’” (Ricoeur, 2007. p. 59).

narrativa que a expressão “fim do mundo” condensa, opto por ela em vez do “fim do lugar” ou algo do gênero em respeito ao sofrimento expressado pelos deslocados compulsoriamente com quem tivemos contato.

Além disso (da força narrativa do “fim do mundo”), a inspiração do conceito de lugar em Yi-Fu Tuan e o mundo em Heidegger sugere que nossa iniciativa não é de todo um absurdo teórico: Castello (2007) argumenta que Yi-Fu Tuan apresenta “uma imersão na fenomenologia embasada em Heidegger [...] pois é a experiência humana a matéria bruta que Tuan lapida em sua constante captura do mundo humanizado” (p. 63). O “mundo humanizado”, por sua vez, consiste na transformação do espaço em lugar pela experiência que o torna familiar: “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 1983. p. 83).

De modo semelhante ao lugar em Tuan, em Heidegger (2013) a familiaridade com o espaço culmina na sua transformação em mundo, visto que “a presença está originariamente familiarizada com o contexto em que [...] ela sempre se compreende” (p. 137). Essa familiaridade se dá pela ideia de mundanidade do mundo, sintetizada por Schmidt (2014) no seguinte argumento:

A caracterização ontológica do mundo é composta de todas as coisas e pessoas relevantes que Dasein descobre em sua situação pragmática, que por sua vez é constituída por todas as referências das coisas úteis contidas nela e em termos dos próprios projetos de Dasein. Por isso o mundo do artesão é o seu ambiente de oficina, incluindo outras pessoas envolvidas de uma forma ou de outra; o mundo do professor são seus livros, alunos, colegas, a instituição, e assim por diante. A teoria do significado de Heidegger é que as coisas têm significado ou significância dependendo de terem esta relevância para Dasein através de suas referências (p. 101 – 102).

A sensação de familiaridade da presença com o mundo (lugar) é uma possibilidade da dinâmica da vida, visto que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983. p. 6). Porém não é a partir do espaço indiferente (não familiar) que nos permitimos a compreensão dos demais lugares; são os lugares que, servindo como referência, constituem a possibilidade de outros lugares. Acerca disso, Teixeira (2006) aponta que:

a presença não “arruma” ou “desarruma” lugar tomando por base um espaço como pura extensão. Lugar é concedido, a partir da irradiação e convergência de remissões previamente orientadas por uma região reunindo uma teia referencial que propicia sentido num determinado centro, que instaura o lugar. É nesse sentido que o lugar forma o espaço e não o contrário como usualmente é admitido (p. 39).

O “fim do mundo” como expressão que sintetiza o enchimento do lago de Tucuruí pela ELETRONORTE representa o sentimento de não pertencimento ao Novo Breu que a memória daquele Breu, Jacundá, Remansão e etc. originais, que foram para o fundo, ajuda a construir, sendo, concomitantemente, construída pelo presente no qual os deslocados compulsoriamente tiveram (como me disseram camponeses expropriados que faziam roça e sítio, pescavam e caçavam) “até que trabalhar”.

Além do compromisso com a força da narrativa, optei por “fim do mundo” porque, junto com os lugares, o que está sendo compreendido como tendo ido “para o fundo” é um modo de vida que não foi recompensado com as melhorias prometidas. Uma ruptura da qual – para não dizer ninguém – poucos<sup>55</sup> (ainda não vi nenhum, mas tenho pouco tempo de campo ainda) podem ter se agradado. A memória dos lugares que foram para o fundo significa aquele passado presentificado na narrativa com a compreensão de que o “tempo da terra livre” foi para o fundo, e junto com ele “o tempo da liberdade”: Heidegger (2013) sintetiza essa relação quando aponta que “‘mundo’ não é a determinação de um ente que a presença não é. ‘Mundo é um caráter da própria presença” (p. 112); ou, mais claramente: “a presença não apenas é e está num mundo, mas também se relaciona com o mundo segundo um modo de ser predominante. Numa primeira aproximação e na maioria das vezes, a presença está tomada por seu mundo” (p. 169).

Com a iminência do “fim do mundo”, para manterem o hábito (roçar e cultivar, caçar e pescar, manter festas, não precisar de portas nas casas e nem mesmo “trabalhar” e etc.), mas com o acréscimo de melhoria de vida (energia elétrica, titulação da terra, casas de alvenaria e etc.), os deslocados acreditaram na promessa da ELETRONORTE. Mas essa crença não se sustentou por muito tempo e logo a promessa teve de ser cobrada.

Em outras palavras um informante me dizia que tendo saído da região inundada pelo lago de Tucuruí na primeira fase das obras junto com sua família, não recebeu nada que pudesse ser considerado como “melhoria de vida” sem que eles tivessem que lutar por isso. Enquanto estive lá pude elencar (sem tanto critério, pois as direções em que fui levado não eram as que eu imaginava antes do campo e ainda não pude retornar para fazê-lo com a dedicação que a iniciativa exige) como partes da promessa quebrada:

a) Casas de madeira no lugar de casas de alvenaria que nunca saíram do papel;

- b) Ausência de água encanada e acesso a poço nas proximidades, gerando a dependência dessas pessoas em relação ao caminhão-pipa que a ELETRONORTE destinava periodicamente ao Novo Breu para abastecer as famílias;
- c) Ausência de banheiros próprios, o que obrigava filas em dois pontos do Novo Breu para que os deslocados compulsoriamente pudessem usar os que a ELETRONORTE havia disponibilizado;
- d) Distância do espaço em que foi construída a casa em relação ao espaço destinado para fazer roça – esse benefício não foi para todos;
- e) Presença de terra de “cascalho” em vez de terras de “areia”: a primeira não é boa para o cultivo e é colocada em contraste com a segunda, que possibilitava “muita riqueza”, provando que, como me disseram, “o Breu era muito bom para a gente”;
- f) Ausência de energia elétrica nas casas, como havia sido negociado entre empresa e deslocados; sentida principalmente por aqueles que antes da barragem moravam em “ruas”<sup>13</sup> e usufruíam de energia gerada por gerador; e
- g) Indenizações insuficientes para a retomada da vida.

A compreensão do significado da promessa quebrada enquanto eixo narrativo dos tempos desencadeados pelo evento em questão perpassa o vínculo religioso ao qual essas pessoas declaram celebrar, visto que alguns informantes não sendo mais católicos (por mais que fossem sincréticos), são protestantes enquanto outros continuam católicos (ao menos na atribuição perante minha presença). Por isso compreendemos a obrigatoriedade de manter a promessa atribuída à ELETRONORTE pelos deslocados compulsoriamente como “la capacité à répondre de soi en dépit de l'imprévisibilité de la vie” (ABEL, 1997. p. s/n), o que torna injustificável – junto do acompanhamento dos lucros da ELETRONORTE por parte do MAB – qualquer tentativa “comprovar” a

---

<sup>13</sup> A categoria “rua” expressava, para os deslocados compulsoriamente, um lugar que antes da implantação da UHT, concentrava equipamentos públicos, tais como escolas, igreja e ponto de parada da Estrada de Ferro Tocantins, enquanto a “vila” designava os lugares que não dispunham de tais equipamentos. Na “Cota + 35” – “distância vertical de um ponto a uma superfície horizontal de referência” (MAGALHÃES, 1996. p. 706) –, classificação da ELETRONORTE para a área que viria a ser inundada, Breu Branco e Remansão eram “rua”, enquanto Santa Rosa e Pucuruí (ou FUNAI, como chamavam os hoje deslocados compulsoriamente) eram “vila” (MAGALHÃES, 1996).

incapacidade da empresa em ter deixado de efetivar os acordos como os deslocados compulsoriamente os compreenderam – como uma promessa.

Considerando-se enganados em relação à promessa, o agora dos deslocados compulsoriamente deve seu significado ao evento que o criou ao romper a previsibilidade do tempo que a expectativa criara e lhes colocou, como apontou Magalhães (2007)<sup>14</sup>, numa situação em que, a partir de sua ocorrência, não dispunham de

Parâmetros para avaliar as consequências do processo que [na época,] será vivido, tanto porque é uma situação inusitada, quanto porque o próprio empreendimento desencadeia outras transformações locais e regionais que não são dadas a priori. Segue-se que toda negociação, realizada no momento do deslocamento, não embute toda a dimensão da perda; é sempre, portanto, uma negociação subestimada (p. 244).

Em suma, entregues a contingência e à imprevisibilidade que torna a vida uma aventura, sem que tenham escolhido se aventurar<sup>15</sup>.

E, nessa situação, ao tentarem interpretar os tempos que o evento descontinuou, que experimentam o sofrimento narrado no fim do mundo e a atualização da luta pelo presente na cobrança da promessa, significando assim, entre outros símbolos, a vida repartida pela barragem:

It is only in relation to this attempted interpretation of everything that happens (and interpretative behavior is nothing other than the being in the world of the human) that an event can be experienced as a trauma. (Dastur, 2000. p. 186).

Nesse movimento de classificação a partir do significado atribuído pela compreensão, os deslocados compulsoriamente vão construindo e reconstruindo simultaneamente o antes e o agora, no qual os sentidos da presentificação do primeiro estão relacionados com as experiências no segundo da mesma forma que este tem sua significação dependente de como aquele, a cada vez, se presentifica.

### **Considerações Finais:**

---

<sup>14</sup> Embora o tempo verbal da citação esteja no presente pelo momento em que a autora escreveu, compreendemos que. Levando em conta isso, peço para que, em nossa leitura, façamos o esforço de por os verbos no passado.

<sup>15</sup> Dastur (2000).

O sentido dos testemunhos do enchimento do lago de Tucuruí para as pessoas que habitavam os lugares inundados perpassa esses dois eixos narrativos: que tudo foi para o fundo (o fim do mundo, como proponho) e a promessa não cumprida. Sugiro que, pelas minhas observações, essas memórias articuladas sobre um “eu estive lá” que, segundo Ricoeur (2007), caracteriza o tipo de narrativa de testemunho, não são contraditórias (do tipo ou uma ou outra), mas complementares em um movimento pendular no qual a tendência mais expressiva para um ou outro foco depende das experiências vivenciadas pelos sujeitos e da expectativa sobre o futuro quando expressam as memórias pela narrativa do testemunho.

Desta forma procuro compreender como o Breu Velho, Jacundá (Velho), Remansão e os demais lugares que foram para o fundo, bem como formas de vida construídas em diálogo com eles<sup>16</sup>, são articulados na memória dos deslocados compulsoriamente em um, como define Ricoeur (2007), “presente de iniciativa” (p. 163) por meio do qual a coisa ausente torna-se presente e, a partir disso, orienta o sentido tanto do passado quanto do momento que está sendo vivido.

Até o momento temos que: dividido pelo evento em questão, o tempo, entre antes e o agora, cindido pela barragem, é narrado num testemunho que, hoje, apagou as fases de intermediárias<sup>17</sup> da ruptura que viveram. Antes da barragem e depois da barragem são reciprocamente construídos e reconstruídos, incessantemente... E paralelamente, na medida em que se distanciam do barramento do rio Tocantins e se aproximam do evento final em suas vidas<sup>18</sup>, a abertura para o futuro passa a ser compreendida cada vez mais como menos acessível, visto que pelos testemunhos que ouvimos, a ênfase na *promessa* ou no *fim do mundo* está atrelada à idade dos deslocados.

A primeira geração de deslocados compulsoriamente no Breu Branco tem em volta de setenta e oitenta anos; a segunda geração, entre quarenta e cinquenta. Os mais velhos enfatizam a sensação de desesperança quando compõem o significado do deslocamento

---

<sup>16</sup> O “tempo da terra livre” (MAGALHÃES, 2007) ou, como me disseram no Breu Branco recentemente, “o tempo que a gente era livre”.

<sup>17</sup> Levantamentos, identificação com o lote + 35 e etc. (MAGALHÃES, 2007; 1996).

<sup>18</sup> A morte, segundo Dastur (2000), pois ela, como um evento, “is also that which always happens against all expectation, always too early, something impossible that nevertheless happens. It comes to us without coming from us. It takes place in the impersonal manner of this event that happens also to others and it is the most universal event for living beings. One could say that death is the event par excellence, except that it is never present, it never presently happens. It does not open up a world, but rather closes it forever. It does not constitute a blank or gap inside temporality or a diachronic moment which could be the origin of a new configuration of possibilities” (p. 183).

compulsório, a contagem das perdas decorrentes da mudança forçada é sintetizada na expressão “tudo foi para o fundo” e somente depois de afirmarem isso contam das roças e sítio, praias e festas, casas, igreja.

Os mais novos começam narrando a “promessa” – casas, terras, e a compensação pelo “nada” para onde foram deslocados, visto que “pra cá [para o Novo Breu] não tinha nada [...]” – não cumprida pela ELETRONORTE, relatam, às vezes, a infância vivida naqueles lugares, nos quais “o chão era de areia, não era de barro”; cobram por essas promessas com a sensação de que, no fim das contas, “ficou só na promessa”; concluindo que algumas coisas – peixe, caça, castanha, açaí e praia – foram para o fundo.

Suponho que enfatizar uma ou outra compreensão sobre o evento não exclui da memória dessas pessoas o significado que a outra compreensão elabora para o deslocamento compulsório. Trata-se mais de uma questão de ótica e ênfase narrativa. A primeira geração de deslocados em Tucuruí relata como um apocalipse o fim de tudo o que tinham debaixo das águas do lago da UHT, mas participam das cobranças pela promessa e, embora suspeitem que tudo vai “ficar só na promessa mesmo”<sup>28</sup>, se reuniram para participar do encontro com representantes da ELETRONORTE e ficaram, até serem dispensados pelos advogados, debaixo de Sol aguardando um desfecho positivo para o caso. A segunda geração, por sua vez, por mais que cobre (mesmo com dúvidas acerca da possível realização) a promessa, só veem nela uma justificativa para lutar por entenderem que foram lesados com a perda das coisas que foram para o fundo e que por elas merecem ser retribuídos.

Sendo assim, a flutuação da narrativa entre um e outro foco (promessa e fim do mundo) é uma continuidade não contraditória para organizarem, hoje, a memória acerca do evento que divide o tempo dos deslocados compulsoriamente de Tucuruí. O momento na trajetória de vida dessas pessoas orienta a ênfase sobre uma das possibilidades da significação, sempre flexível, do evento vivido. Quando o informante que falava ao ritmo das marteladas do irmão me disse que “tem gente que tá morrendo e não vai ver nada disso, tem gente que já até morreu e não viu [...]”, sugere que não apenas essas pessoas das quais ele fala, mas também para ele próprio, na medida em que o tempo passa na vida dos deslocados o foco da narrativa muda e a esperança na solução justa do conflito dá lugar à resignação: da luta pelo cumprimento da promessa feita pela

ELETRONORTE à constatação de que o mundo em que viviam acabou e dificilmente usufruirão das recompensas justas pelo seu sacrifício.

### Referências Bibliográficas:

ABEL, Olivier. **Promesse, Justice, Pardon**. 1997. Disponível em: <<http://olivierabel.fr/supplement/promesse-justice-pardon.php>>. Acessado em: 07/04/2016.

CASTELLO, Lineu. **A Percepção de Lugar**: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo. Porto Alegre: PROPAAR – UFRGS, 2007.

DASTUR, Françoise. Waiting and Surprise. *Hypatia*, vol. 15, Nº 4, Contemporary French Women Philosophers. 2000, pp. 178 – 189.

DILTHEY, Wilhelm. **Dos Escritos Sobre Hermenêutica**: el surgimento de la hermenêutica y los esbozos para uma crítica de la razón histórica. Madri: Ediciones Istmo, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz Sobre Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Observando o Islã**: o desenvolvimento religioso no Marrocos e na Indonésia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

\_\_\_\_\_. **O Saber Local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HALBAWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco. 2013.

MAGALHÃES, Sônia Maria. O Desencantamento da Beira: reflexões sobre a transferência compulsória provocada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí. In: MAGALHÃES, S. BRITTO, R. CASTRO, E. **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas. 1996, v. II. pp. 697 – 746.

MAGALHÃES, Sônia Maria. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasi; Universidade Paris 13, França, 2007.

NUNES, Benedito. **O Tempo na Narrativa**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

PALMER, Richard. **Hermenêutica**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1999.

ROCHA, Irving Samadhi Aguilar. **La Casa, el Si Mismo y el Mundo**: um estúdio a partir de Gaston Bachelard. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**: tomo II. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Hermenêutica e Ideologias**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SCHMIDT, Lawrence. **Hermenêutica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TEIXEIRA, Sônia Maria Platon. **A Noção de Habitar na Ontologia de Heidegger**: mundanidade e quadratura. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.